

**Modalidade do trabalho:** Relato de Experiência (de 02 a 05 páginas)  
**Eixo Temático:** Linguagens e Artes

## O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA<sup>1</sup>

**Lenir Basso Zanon<sup>2</sup>, Jamile Cabreira<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Estudo Desenvolvido numa Disciplina

<sup>2</sup> Docente do PPGEC/UNIJUÍ

<sup>3</sup> Mestranda no PPGEC/UNIJUÍ

Estudo Desenvolvido numa Disciplina

### INTRODUÇÃO

O contato com a língua materna acontece já nos primeiros anos de vida. Aprendemos a nos comunicar por meio da linguagem ao tempo em que interagimos no contexto social. No Brasil, a aprendizagem da língua portuguesa inicia-se com a colonização dos portugueses em 1500. De lá para cá muitas foram as mudanças ocorridas. As concepções de língua e a metodologia utilizada para seu ensino foram sendo significadas a partir de distintos paradigmas. Isso vem acompanhando por sua vez movimentos de mudança de acordo com diferentes formas de significação dos conceitos, conteúdos e objetivos entendidos como imprescindíveis na formação de leitores e produtores de textos.

O presente relato de experiência emergiu no contexto da disciplina “Epistemologia e Educação” do Curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí, com o objetivo de situar aspectos da história do ensino da língua portuguesa em solo brasileiro. A metodologia abrangeu um estudo bibliográfico em busca de situar a problemática que diz respeito ao complexo contexto do ensino escolar da língua portuguesa.

**Resultados - Perspectiva Histórica do Ensino da Língua Portuguesa no Brasil**

A constituição da língua portuguesa ocorre com a chegada dos portugueses no Brasil no período da colonização, entre 1532 e 1654. Lorenset (2014), baseada em outros autores, situa a história da língua portuguesa no Brasil em quatro períodos.

O primeiro período refere-se ao “Brasil Colônia” em que havia três línguas: o português, língua geral e o latim. O português era a língua do Estado que era empregada em documentos oficiais e a língua geral era constituída da mistura dos dialetos falados pelos índios associados com a estrutura da língua portuguesa. Segundo Fernandes (2017):

O ponto de partida da língua geral foi o tupi, dialeto falado pelos tupinambás, povos indígenas que habitavam o litoral do Brasil. O desenvolvimento dessa língua possibilitou um maior entendimento da organização social dos índios e, por conseguinte, facilitou a ação de conversão operada pelos jesuítas.

A chegada dos padres jesuítas ao Brasil possibilitou-lhes o contato e a compreensão da língua nativa falada pelos índios. Com o tempo os jesuítas criam uma linguagem própria para se comunicar com os índios que é chamada então de língua geral. Nesse período o ensino da língua portuguesa não estava incluído nos currículos escolares e na vida social do país, os padres jesuítas utilizavam a língua geral como meio de expandir o cristianismo entre os índios e converte-los.

**Modalidade do trabalho:** Relato de Experiência (de 02 a 05 páginas)

**Eixo Temático:** Linguagens e Artes

O segundo período é marcado pela expulsão dos holandeses e a vinda dos escravos africanos para as terras brasileiras (1654). De acordo com Lorenset (2014, p. 156):

O nascimento oficial da Língua Portuguesa no Brasil, além da oficialização da LP para o reino de Portugal se atribui à Carta Régia, do Marquês de Pombal, de 12 de setembro de 1757 que, conforme Orlandi (2009), obrigava os colonos a ensinarem a LP europeia aos povos indígenas e proibia o uso de línguas indígenas na colônia. Atribui-se à Reforma Pombalina a ilusão de que no Brasil somente se falava o português, passando ao efeito de país monolíngue: houve a imposição do ensino de LP na escola e a obrigatoriedade do ensino e do uso do português no Brasil. Qualquer outra língua era proibida.

A Reforma Pombalina propôs reformas em todas as áreas da sociedade portuguesa (políticas, administrativas, econômicas, culturais e educacionais), objetivando manter o poder absoluto do rei e recuperar a economia portuguesa. Na esfera educacional a reforma impôs o uso da língua portuguesa como única forma aceitável de comunicação entre os habitantes de terras brasileiras. Isso mostrou que há várias formas de dominar um povo e seu território, umas delas sem dúvida é através da língua. Fernandes (2017) discorre implicações das reformas de Pombal e da expulsão dos jesuítas que comprometeram a transmissibilidade e levaram à extinção da língua Geral. Para Lorenset (2014), a Reforma Pombalina, ao instaurar uma política linguística, contribuiu com o desenvolvimento de duas tecnologias: a gramática e o dicionário.

Essa política linguística tinha como objetivo desenvolver ações de cunho político e pedagógicas que pudessem estabelecer uma só língua, com sentido e significado único. Que fosse capaz de padronizar a língua referenciando as práticas sociais que circulavam naquele momento histórico e que estabelecesse um processo de identidade próprio da língua portuguesa sobre os sujeitos colonizados. O uso dos instrumentos linguísticos - gramática e dicionário - nos currículos das escolas reforçaram a ideia expressa pela reforma pombalina de enaltecer a língua portuguesa como idioma nacional do país.

O terceiro período da história da Língua Portuguesa no Brasil é marcada pela vinda da família real (1808) que modifica as relações culturais e a língua falada na cidade do Rio de Janeiro. É criada a imprensa no país que veicula informações em português. Também foi criada a Biblioteca Nacional. A partir da independência do Brasil (1822) a língua portuguesa ganha novos significados referentes a identidade desta em solo brasileiro. É nesse período que os instrumentos linguísticos - gramática e dicionário - passam ser produzidos por autores brasileiros deixando as dúvidas acerca da língua portuguesa mais acessível aos sujeitos habitantes do Brasil, uma vez que até então as gramáticas existentes eram todas escritas na língua dos colonizadores.

Em 1826 inicia-se o quarto período. O Parlamento brasileiro formula a língua nacional do Brasil, passando a expedir os diplomas dos médicos do país na língua brasileira.

Em 1827, a língua do colonizador transformou-se na língua do colonizado, pois uma Lei estabeleceu que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a Gramática da Língua Nacional, a qual passou a ser percebida de modo diferenciado em relação à LP de Portugal e se tornou efeito de signo de nacionalidade. (Lorenset, 2014, p. 157)

O incentivo ao ensino da língua portuguesa nos currículos escolares marca o início de uma história da língua oficial brasileira com características próprias e marcas específicas de um povo que recebeu influências de diferentes culturas desde do início de sua colonização. Esse fator levou a

**Modalidade do trabalho:** Relato de Experiência (de 02 a 05 páginas)

**Eixo Temático:** Linguagens e Artes

constituição de uma heterogeneidade linguística que até hoje marca os idiomas regionais de cada parte do país. Segundo Mariane (2003, p.75):

Ou seja, o português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historiciza-se na colônia de modo específico em função do contato com as demais línguas européias, indígenas e africanas. Mas essa especificidade ocorre, sobretudo, em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente.

A proclamação da república em 1889, favoreceu a prática de políticas que incentivaram nas escolas um saber sobre as coisas do país, sua língua, seus costumes, sua cultura. Esses aspectos pouco a pouco vão constituindo uma identidade, uma nacionalidade de um povo que possui sua própria história. De 1880 a 1930 ocorre uma forte relação da língua portuguesa que já era considerada como idioma oficial do Brasil com as línguas dos imigrantes que chegavam ao país a partir de uma ação do governo para desenvolver o país. Alemão, italiano, japonês, coreano, holandês, inglês foram alguns dos idiomas que passaram a se relacionar com a língua brasileira. Com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (1930) passam a se constituir os programas oficiais e disciplinas escolares. Amplas mudanças ainda hoje estão em processo de expansão.

Inúmeros aspectos dessa complexa perspectiva histórica não estão contemplados neste relato. Mas já é possível refletir, no limite deste texto, que, conhecer a história da nossa língua em fatos do passado ajuda a compreender relações implicadas no processo de criação do ensino da língua em solo brasileiro. Questões sociais, políticas e econômicas da história do país se cruzam como fio condutor de reflexões importantes sobre fatos, circunstâncias e formas como se deu a construção do nosso idioma. Segundo Lorenset:

Ao olhar para a história, observam-se as condições de produção, ou seja, o contexto sócio-histórico-ideológico para se compreender como a exterioridade afeta a produção do discurso. Concorde-se com Guimarães (2014) que é importante observar as discontinuidades da história, próprias da futuridade do acontecimento e que o futuro é o que se projeta a partir do presente. (2014 p.155)

Contribuições de Vygotsky e Bakhtin em torno da abordagem discursiva da linguagem decorrente de uma atividade social interativa entre os sujeitos têm embasado concepções linguísticas atuais. A proposta expressa nos PCN também contempla essa concepção de interação no ensino da linguagem objetivando desenvolver atividades com os alunos que lhe permitam ouvir, falar, ler e escrever de modo eles possam apropriar-se dessas habilidades e tornarem-se usuários da língua de modo autônomo. Segundo os PCN:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio que dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 1997, p.21)

A nova LDB n. 9.394/96 e os Parâmetros Curriculares também marcam esse período como balizes orientadoras das práticas nas disciplinas curriculares, promovendo propostas de reformulação no ensino da língua portuguesa, considerando a língua como instrumento de inserção social do sujeito no meio em que vive. Isso, porque a sociedade, com o passar dos anos, evidenciou a necessidade de levar em conta uma complexidade de transformações sociais, políticas e econômicas. A educação

**Modalidade do trabalho:** Relato de Experiência (de 02 a 05 páginas)**Eixo Temático:** Linguagens e Artes

por sua vez não ficou alheia às transformações, passando a ser influenciada por novas demandas da sociedade, sendo ela também coparticipante da sociedade. Um exemplo de mudança está situado na visão da aprendizagem do aluno considerando o contexto sócio histórico ao qual pertence.

Dessa forma, este breve relato do estudo desenvolvido, ainda que apresentado apenas em um recorte, permite perceber e situar a importância de se conhecer e refletir sobre a perspectiva histórica subjacente a uma diversidade de tradições culturais abrangidas na emergência dos distintos contextos da prática escolar. São reflexões importantes aos processos de formação dos professores, que nem sempre compreendem as implicações dessas perspectivas e tradições históricas nos próprios processos de planejamento, ação e avaliação de suas atividades pedagógicas. Ao serem desenvolvidas junto aos educandos, cabe refletir sobre cada escolha feita: com quais teorias e concepções se desenvolve a prática escolar? Ou: quais concepções e teorias acompanham o professor em suas decisões e ações cotidianas?

Tal linha de indagação e (re) conhecimento são imprescindíveis na formação do professor, na medida em que ela se reflete nos modos de interação/ação histórica e social que, sempre abrangendo a linguagem, contribui no processo de ruptura com o ensino tradicional, limitado à memorização mecânica de regras gramaticais soltas e descontextualizadas. As práticas pedagógicas podem vir a se tornarem ricas em situações de ensino e de aprendizagem que priorizem a fala, a escuta, o escrever e o ler na escola, fazendo uso e se apropriando de diferentes gêneros textuais que possibilitem aos sujeitos compreender a estrutura textual de um texto e seus aspectos sociais, históricos e culturais, numa perspectiva transformadora da vida, para melhor, na sociedade/ambiente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cada vez mais o contexto educacional vem sendo desafiado a avançar no conhecimento sobre a trajetória histórica de desenvolvimento da própria humanidade, que na contemporaneidade atinge níveis crescentes de complexidade e dinamicidade em seus processos de transformação social, política, cultural, econômica. No campo do ensino da língua portuguesa no Brasil, há necessidade de compreender o percurso histórico desde as origens da língua e de sua inserção no país, com processos de transformação sob diversas influências, também de ordem política, econômica, cultural e social.

Por outro lado, sob influências de distintas perspectivas paradigmáticas da educação, o que situa a necessidade de que a formação de professores contemple conhecimentos de cunho histórico e epistemológico acerca da dimensão pedagógica do ensino. Por exemplo, a formação docente necessita propiciar conhecimentos sobre implicações de determinadas teorias científicas para a prática pedagógica, como é o caso do discernimento entre distintas teorias paradigmáticas e suas relações com as práticas.

Contribuições desde texto dizem respeito a tais reflexões e relações, em meio a distintas correntes pedagógicas que embasam, de forma tácita ou consciente, as práticas pedagógicas cotidianas do professor, ante aos complexos desafios hoje postos às escolas e aos educadores envolvidos na mobilização de saberes associados a uma diversidade de contextos sociais em que cada sujeito estiver inserido.

**Modalidade do trabalho:** Relato de Experiência (de 02 a 05 páginas)

**Eixo Temático:** Linguagens e Artes

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Brasília, 1997. v. 2.

CAIXETA, C. A. G. Concepções de Linguagem, Gênero Textual e Parâmetros Curriculares Nacionais. Revista Alpha, (6):9-17, 2005.

FERNANDES, C. Língua Geral no Contexto do Brasil Colonial. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/lingua-geral-no-contexto-brasil-colonial.htm>>. Acesso em 01 de julho de 2017.

LORENSET, Chioquetta Beatriz Rossaly. A Historicidade do Ensino de Língua Portuguesa no Brasil: Trilhando (entre)caminhos, Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 155-162, jun./dez. 2014.

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Lingüística. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11900/7322> de B Mariani, &#8206;2003.